

COLECCIÓN HISTORIA BIBLIOTECA NUEVA
Dirigida por
Juan Pablo Fusi

Cornelia Sieber
Verónica Abrego
Anne Burgert (Comps.)

NACIÓN Y MIGRACIÓN

España y Portugal frente a las migraciones
contemporáneas

BIBLIOTECA NUEVA

Interrogações identitárias em narrativas contemporâneas portuguesas¹

MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO
Universidade de Coimbra

1. A ABRIR

A guerra, a violência e as suas heranças permeiam o imaginário ocidental do século xx: a Primeira Guerra Mundial, com toda a sua vocação suicidária como a viu Osvaldo Splenger, em 1923, no primeiro comentário sobre o declínio do Ocidente; a Guerra Civil de Espanha, seguida da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto; a ação colonial praticada pelos Europeus no Sul Global; as pouco narradas guerra coloniais europeias na Ásia e em África; a guerra americana no Vietname; a queda do Muro de Berlim, seguido da queda de todo o império soviético, com o redesenhar do mapa geo-político da Europa; os conflitos da ex-Jugoslávia. Esta enumeração dos conflitos, das fraturas, das tensões e violências fundadoras da Europa atual, implica um reconhecimento de que grande parte da história europeia se passou fora do continente europeu e portanto concentra-se na dimensão imperial europeia ultramarina. Assim, da mesma forma que a história dos países ex-colonizados não se reduz a um apêndice da história da metrópole colonizadora, também a história da Europa não coincide com os seus limites territoriais estritos. Trata-se de facto de uma história que excede a Europa e simultaneamente lhe dá sentido e posição mundial durante cinco séculos, mas que paradoxalmente a Europa raramente reconhece como sua (Lourenço, 2001: 13), evitando registá-la sob uma historiografia colonial ou colocando-a ainda, como uma continuidade da história primordial da Expansão no limiar da moderni-

¹ Agradeço a António Sousa Ribeiro e a Roberto Vecchi a leitura atenta deste texto e as preciosas sugestões.

dade. Na verdade, quando vista do exterior, esta é a história da pulsão imperialista que define a Europa como o Ocidente por oposição ao Oriente, ao Islão, a história que estrutura a Europa, lhe dá sentido e a projeta a nível planetário. Mas, internamente falando, esta foi a história das *Europas*, como costuma dizer Eduardo Lourenço (2001), com a alternância nesse papel de uma ou de outras das suas nações com vocação verdadeiramente universal: Portugal, Espanha, pioneiros da primeira modernidade europeia, a França, a Alemanha, a Holanda, a Inglaterra e, noutro sentido, a Rússia. Desta forma, e pensando em particular no século XX como fez na afirmação inicial, esta perspetiva da história da Europa e a análise dos seus prolongamentos atuais exige a inscrição da violência colonial, pública e privada, na história das referidas violências do século XX, enquanto espaços das tensões fundadoras da história europeia pós-Segunda Guerra Mundial e também pós-descolonizações, com todas as consequências inerentes a este reestruturante processo histórico no Sul e no Norte. Trata-se portanto de uma visão da história que se funda ontologicamente numa geopolítica encoberta e extraterritorial, onde a violência acaba por se legitimar, silenciosamente, em função de um alibi identitário baseado em narrativas culturalistas.

2. EUROPA PÓS-COLONIAL — HERANÇAS A INTERROGAR

A geração que assistiu ao pós-Segunda Grande Guerra, que viu a Europa em escombros e que a sonhou como «sonho futuro», como «manhã por vir, sem fronteiras com cães de guarda, com nações de riso franco, abertas de par em par» (Monteiro, 1993: 127), como preconizou o poeta português Adolfo Casais Monteiro, em 1946, sonhou ainda uma Europa para si. Um mundo em que o tempo europeu continuaria a ser o tempo universal, ainda que já vulnerável à nova hegemonia saída da Segunda Guerra Mundial e que iria ser protagonizada pelos Estados Unidos e pela antiga União Soviética, no quadro da Guerra Fria. A crise do canal do Suez deixaria visível o fim da Europa como potência mundial, sob o duplo *ultimatum* das duas superpotências (Lourenço, 2001: 34) e a clara manifestação de uma vontade árabe de não mais ser subalternizada, como a definia Nasser no célebre discurso de Alexandria, de 1956.

Por isso, hoje, a criação da Comunidade Europeia pode ser vista de duas formas que entre si dialogam e se completam: como a criação de uma estrutura defensiva da Europa contra os seus sangrentos conflitos internos, que periodicamente a desfaziam; e como a forma de preencher o vazio de sentido que o início do fenómeno da descolonização ia provocando, ainda que isso no momento não fosse nem imediatamente visível, nem, ainda hoje, politicamente assumido.

Hoje é-nos de facto possível olhar para o processo de construção europeia como a operação de *peace building* de maior sucesso pós-Segunda Guerra Mundial, na sua capacidade de transformar uma memória de guerra em futuro de paz; bem como a resposta subtil à perda da hegemonia mundial, que não se reduzia apenas ao avanço dos Estados Unidos e da antiga União Soviética na cena mundial, mas à perda de uma hegemonia que tinha sido durante séculos efetivamente planetária. Robert Schumann, um dos grandes arquitetos da Europa, na sua declaração de 9 de Maio de 1950 —portanto já depois da independência da Índia, em 1947, e de várias outras independências asiáticas— fala ainda da missão do continente europeu em África. Neste documento, que é um dos certificados de nascimento da Europa como hoje a conhecemos, ou seja, um dos documentos iniciais da construção europeia, mas também e simultaneamente da sua reconstrução, falava-se ainda a partir de

uma perspetiva da Europa colonial, e da sua ação no desenvolvimento em África como elemento estruturante da missão europeia.

Os emigrantes que entretanto iam entrando para literalmente reconstruir essa Europa em escombros saída da Segunda Guerra, vinham do Sul, das colónias europeias ou de um genérico Sul que a Europa sempre olhou colonialmente, subalternizando. Tal como nas Grandes Guerras, e em particular na Primeira Grande Guerra, esses povos colonizados chamados a defender a sua potência imperial nos conflitos europeus, ora nas suas terras, ora vindo para a Europa, foram vendo que afinal os europeus eram de carne e osso como eles e o seu sangue, que explodia nas trincheiras, corria da mesma dor e com a mesma dor do que o deles, em nome da liberdade. Liberdade que começava a ganhar outros sujeitos-em-luta, a tornar-se um ideal também sonhado a Sul e a desenhar aquilo que hoje pode ser visto como uma consciência nacional dos anos 20 e 30. No pós-Segunda Guerra Mundial e após terem sido chamados a participar no conflito, estas pessoas do Sul vieram para a Europa e ninguém pensou que depois de cumprida a missão de reconstruir literalmente a Europa elas ficariam. Na altura do plano Marshall, uma parte destas populações chamada à reconstrução europeia voltou, como os soldados tinham voltado no final da Primeira Guerra Mundial, imbuída de um sentido de liberdade que permeava a Europa nestes tempos e que iria encontrar eco nos nascentes movimentos que nos seus países davam passos contra a violência colonial. Iniciava-se assim uma onda de luta pela libertação que caracterizaria as vidas políticas dos continentes asiático e africano por várias décadas e a que se ligavam várias organizações internacionais. Mas a grande maioria destas populações não voltou, ficou na Europa como emigrante, chamou as suas famílias, iniciando assim uma das maiores diásporas Sul-Norte pós-Segunda Guerra Mundial. Acresce a isto, no fundo, poucos anos mais tarde, o movimento das descolonizações propriamente dito que deslocou para a Europa segmentos significativos de população com vivência colonial, ora como colonos, ora como colonizados, mas normalmente demasiadamente ligados ao regime e às elites coloniais e, portanto, sem espaço nos jovens países saídos das descolonizações.

Mas a Europa saída da aliança franco-alemã e dos textos de Jean Monnet e Robert Schumann nunca contemplou as populações colonizadas a viver na Europa como parte sua, nem contabilizou as que estavam ainda sob o seu jugo político nas colónias, ou seja, nunca as entendeu como sujeitos de uma mesma história. Na época, tudo se concentrou no plano Marshall sem saber sequer quem também o executou a partir de baixo. Esta não contabilização faz portanto parte e ainda do projeto colonial, assinalando assim a permanência de um «inconsciente colonial» que ainda hoje nos domina. Hoje estas pessoas e os seus filhos são parte da Europa vista como um espaço multicultural, como Tariq Moodod (2007) insiste em ver, como um espaço de contato e encontro, apesar do desequilíbrio fundador em que este encontro foi traçado. Este desequilíbrio que se projeta até hoje tem vindo a ser designado por vários estudiosos como a recalcada «fratura colonial» (Blanchard, Bancel, Lemaire, 2005) sob a qual a Europa atual vive. «Fratura colonial» que inclui não apenas o mais íntimo fantasma europeu —a herança e a memória colonial— mas também as fantasias que projetamos para rapidamente o afugentar ou transformar em fantasia. «Transferência de memória» colonial é um conceito criado por Benjamin Stora (1999), com o objetivo de explicar a continuidade na França atual da memória da Guerra da Argélia continuada no racismo anti-árabe e noutras formas de segregações pós-coloniais, que revelam a continuação de um não assumido colonialismo íntimo. Numa aplicação mais alargada este conceito e a sua análise pragmática marca o grau de desenvolvimento da fantasia ou do fantasma colonial em causa. A sua visualização como fantasma toma depois as formas

de segregação, racismo, discriminação agora em terreno europeu, portadora de uma violência real e simbólica que tem a espessura de séculos e que hoje muitas vezes nos explode no centro da Europa como uma espécie de «erupções da memória» — a expressão é de António Costa Pinto² — colonial, já protagonizada por uma segunda geração e portanto não mais pelos detentores de uma memória colonial, erguida na experiência e no testemunho, mas pelos seus filhos e descendentes; a visualização como fantasia caracteriza-se politicamente pela criação de comunidades como a Commonwealth, a Francofonia, a Lusofonia, sonhadas na Europa como a recuperação possível de bocados partidos de uma universalidade perdida, sob o olhar desconfiado dos países antigamente colonizados.

Pretendo assim mostrar que a descolonização não foi apenas um movimento a sul e que atingiu os países descolonizados, mas também um movimento que atingiu radicalmente o continente colonizador que foi a Europa, que durante séculos se definiu pela sua experiência marítima de exploração comercial e de conquista de impérios, de que hoje apenas resta «imaginar-se centro» (Ribeiro, 2004).

Nesta linha, como não interpretar a crise do Canal do Suez como o momento em que a Europa percebeu que o mundo colonial nos moldes por si concebidos e orquestrados tinha acabado? Como não olhar para a Guerra da Argélia não apenas como uma guerra entre a colónia e a metrópole, mas antes como uma das grandes interpelações do mundo árabe ao Ocidente? Como não olhar as Guerras Coloniais portuguesas não apenas como a obsessão cega de um ditador em manter as colónias, mas também como uma das grandes interpelações de África pela libertação total? Por que não, e finalmente, interpretar o início da formação da Comunidade Europeia como uma reação de proteção dos países ex-colonizadores perante o vazio de poder que as descolonizações lhes trouxeram?

E como é que nesta complexa equação europeia pós-Segunda Guerra Mundial entra um país como Portugal situado na extrema Europa, real e metaforicamente falando?

3. PORTUGAL, EUROPA E O PÓS-IMPÉRIO

Numa posição semi-periférica, como o designa Boaventura de Sousa Santos (1996), na esteira da teoria mundo de Immanuel Wallerstein, ou seja participando dos movimentos do centro enquanto país colonizador que vai protagonizar a última Guerra Colonial em África lançada já na pós-modernidade, e vivendo como periferia, primeiro longe e «protegido» pelo «pai-vigilante» dos movimentos que caracterizaram a Segunda Guerra Mundial e nos anos sessenta exportando para essa Europa central uma força de trabalho sem precedentes, os anos em que, em África, decorre a Guerra Colonial. Assim aqueles que Salazar nos anos 30 tinha captado como a sua base social de apoio, ao apresentar-se à nação como «Católico. Pobre filho de pobres», minavam agora a sua opção ultramarina de que a Guerra Colonial será o exemplo extremo. Ao rejeitar África e optar pelo trabalho e a subalternidade na Europa, apesar do vasto império de que aparentemente eram senhores, mas que não lhes rendia mais do que serem criados em Paris, estes portugueses iam transformando Portugal num país colonizador, que simultaneamente se convertia numa extensão colonizada da própria Europa. Encerrado no seu sistema ditatorial, Portugal foi

² A expressão foi proferida por António Costa Pinto, na sua apresentação na reunião da European Science Foundation *Colonial Wars: Collective Traumas. European Memories*, organizada pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 1 e 2 de Outubro de 2011.

escrevendo uma história própria, alheia ao movimento do mundo onde se escrevia uma outra história, na qual Portugal só ocasionalmente participava, criando, com o seu império, um complexo labirinto até ele nos explodir nas mãos na revolução de 25 de Abril de 1974, que pela rutura que instaura com a perda do império, inaugura uma espécie de *segundo século XX português*³, um antes e um depois do 25 de Abril, como vulgarmente a vida portuguesa passou a definir-se.

Nos sistemas de matriz ditatorial, como o de que Portugal emergiu em 1974, a literatura foi sendo sempre, e apesar da censura, o espaço de interrogação sobre a possibilidade de outras verdades, outras narrativas, outras memórias. Pós-25 de Abril de 1974 pensaríamos, quase intuitivamente, que todos os temas seriam amplamente discutidos, mas a verdade é que o império, a Guerra Colonial que lhe pôs fim, a descolonização que se lhe seguiu, com a vinda ou o retorno de milhares de pessoas para Portugal, constituíram sempre uma espécie de memória silenciada, uma memória incómoda, difícil de assumir e de elaborar pelo novo regime. É evidente que as razões do silêncio sobre África antes e depois do 25 de Abril são de natureza diferente, mas hoje, à distância de quase quarenta anos do 25 de Abril de 1974, é possível refletir sobre os modos, os processos e o tempo que demorou à sociedade portuguesa negociar o que se deveria esquecer e o que se deveria recordar — da ditadura, de África, da Guerra Colonial — para, sobre este pacto de esquecimento e recordação, inventar uma possível democracia europeia no tempo prescrito de eleições e outros urgentes processos que compõem o corpo social e político dos sistemas democráticos ocidentais. Memória e esquecimento, silêncio, trauma, recalamento, mas também exaltação, imaginação, invenção e novidade são assim alguns dos pressupostos sobre os quais se ergueu a jovem democracia portuguesa, nascida sobre uma revolução imaginada como pacífica, esquecendo assim, de um só golpe, todo o sangue de África que ela continha. Resumindo, a memória — e sobretudo a memória de África — bem à maneira europeia, não parecia ser contemplada como um elemento essencial à construção da democracia. Ao contrário, África era permanentemente o seu elemento perturbador, pois nela tropeçávamos a cada passo, ora sob a forma dos ex-combatentes regressados, ora sob a forma de retornados de África, ora sob a forma de emigrantes e desertores regressados, ora ainda sob a forma de complexas negociações diplomáticas que cada dia nos comprometiam com a rota europeia e nos desresponsabilizavam de África. Numa espécie de contra-discurso, não orquestrado como tal, mas que hoje pode assim ser lido, a ficção portuguesa do pós-25 de Abril ia mostrando a importância da memória, não só como essencial à construção da democracia, mas como seu elemento fundamental⁴. Nos romances de José Cardoso Pires, António Lobo Antunes, Mário de Carvalho, José Saramago, Wanda Ramos, Maria Velho da Costa, Lídia Jorge, Helder Macedo, João de Melo, Carlos Vale Ferraz, Ricardo Saavedra, mas também dos mais novos Paulo Bandeira Faria, Rodrigo Guedes de Carvalho, Norberto Cardoso, Isabela Figueiredo e Dulce Maria Cardoso, as dores e as heranças da ditadura são temas; noutra dimensão, o império e a sua herança povoam esta literatura portuguesa contemporânea, tanto com memórias douradas desse tempo que nos trazem quadros de um colonialismo em imagens cépia em que todos eram felizes, como com

³ A expressão é retirada de uma série de colóquios organizados pelo Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, 2012, por Rui Bebiano e Natércia Coimbra.

⁴ Desenvolvo esta ideia no meu artigo 2011, «António Lobo Antunes, por uma democracia com memória», in Helena Buescu e Teresa Cristina Cerdeira (org.), *Literatura portuguesa e a construção do passado e do futuro*. Lisboa: Caleidoscópio 297-305.

memórias cinzentas da brutalidade do colonialismo e da Guerra Colonial que pôs fim ao império. Pelas análises profundas que empreendem do Portugal contemporâneo, intrinsecamente ligado à memória da ditadura que se prolonga nos nossos gestos, pensamentos e políticas, e pela leitura política e ideológica que vão fazendo do que foi o colonialismo em África, que ainda hoje assombra o presente pós-colonial português, estas obras questionam os protocolos de esquecimento sobre os quais se fundou e construiu a nossa democracia, mais à procura da Europa do que de si própria, exigindo-nos uma democracia com memória.

Todavia e apesar da imensa riqueza destas interpelações narrativas concentro a atenção nos romances de segunda geração, ou seja, a geração dos filhos do império, da Guerra Colonial, da ditadura, da emigração que têm vindo a lançar na ficção portuguesa as questões essenciais que porventura os seus pais, testemunhos da cena traumática da fratura e da perda, não poderiam colocar. Refiro-me a *Caderno de Memórias Coloniais*, de 2009, de Isabela Figueiredo, a Dulce Maria Cardoso, em *O Retorno*, de 2012, mas também a filhos da Guerra Colonial, como Paulo Bandeira Faria em *Sete Estradinhas de Catete*, Rodrigo Guedes de Carvalho em *Daqui a Nada*, Norberto Vale Cardoso, em *Impressão Digital*. Refiro-me portanto ao que podemos designar pela pós-memória do império, pois afinal, na morte do último combatente, na morte do último retornado, a pós-memória é o que restará desse tempo.

4. PÓS-MEMÓRIA DO IMPÉRIO, QUANTO ALÉM DA MEMÓRIA?⁵

O conceito de pós-memória surge em alguns trabalhos sobre a memória familiar, como o de Marianne Hirsch que, a partir do muito citado *Family Frames*, de 1997, começa a desenvolver uma reflexão crítica sobre pós-memória, a partir das memórias dos filhos da Shoah. Memória marcada pela distância geracional, ou seja, memória de segunda geração, filha de uma primeira protagonizada por testemunhas (vivenciais, presenciais, experienciais) marcada pela indizibilidade, pelos limites de representação de uma experiência traumática, em particular com a referência extrema ao Holocausto. Deste modo, e ainda segundo Marianne Hirsch e outros estudos que se seguiram ao seu gesto teórico fundador, a pós-memória torna-se antes de tudo uma ocasião de reflexão sobre a memória de um acontecimento, como é o caso de muita reflexão crítica sobre os filhos dos anos sombrios das ditaduras latino-americanas⁶. De facto, revisões mais recentes, da própria Hirsch (2008; 2012), mas também da estudiosa argentina Beatriz Sarlo (2007), e de Kaiser (2006) tornam a categoria da pós-memória mais inteligível, não só pela sua reinscrição geracional, mas também pelo crédito que conferem à própria inteligibilidade do seu silêncio. Enquanto poderoso tipo de memória que surge mais do silêncio do que das palavras, mais

⁵ Algumas das reflexões aqui tecidas no âmbito da segunda geração e pós-memória da Guerra Colonial têm origem no projeto «Filhos da Guerra Colonial: pós-memória e representações», que decorreu no Centro de Estudos Sociais (CES), Universidade de Coimbra, com financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/ELT/65592/2006) e do Ministério da Defesa Nacional (2009). Este projeto foi coordenado pela autora deste texto e fazem parte da equipa os investigadores António Sousa Ribeiro (CES), Roberto Vecchi (Universidade de Bolonha/ CES), Luisa Sales (Hospital Militar de Coimbra), Rui Mota Cardoso (Faculdade de Medicina, Universidade do Porto), e as investigadoras júnior, Hélia Santos, Aida Dias, Mónica Silva (CES) e Ivone Castro Vale (Faculdade de Medicina, Universidade do Porto). Cf. publicação de Ribeiro, Ribeiro e Vecchi, 2012.

⁶ Cf. nomeadamente, Kaiser, 2006.

dos fragmentos do que das narrativas completas, mais de interrogações do que de respostas, a pós-memória configura-se, nas palavras de Beatriz Sarlo, como uma «dimensão da recordação intersubjectiva» (Sarlo, 2007: 392), uma espécie de memória de «testemunhas adotivas» (Hartman, 1991) que instaura uma relação ética com a experiência traumática dos pais e com a sua dor de que se sentem herdeiros e que requer um reconhecimento, primeiro, no seio familiar e, depois, no espaço público. Assim, a pós-memória poderia constituir-se não só como um discurso fundador de uma identidade da segunda geração —filho de um ex-combatente, filho de um preso político, filho de um desaparecido, filho de retornado— mas também, e pela partilha que oferece, desempenhar a função de restituição de uma memória da cena traumática para quem a protagonizou. Com efeito, é a partir do gesto de autor protagonizado pelos filhos que se gera uma espécie de pacto de reconhecimento, no sentido atribuído por Wierviorka (2002), dando lugar a outro tipo de testemunho: um testemunho indireto, mediador, em que a experiência surge já como representação e que o gesto de autor torna publicamente partilhável.

Localizada agora no contexto português, dever-se-á de início questionar: que pós-memória é que uma memória tão disputada como a da questão africana, em geral, e da descolonização, em particular, poderá gerar?

A questão africana —com o fim do império, da Guerra Colonial e da descolonização— trouxe para Portugal milhares de pessoas com vivência africana: ex-colonos regressados a Portugal, africanos que vieram para Portugal sem grande ligação a Portugal, mas que eram vistos nos novos países independentes como cúmplices de ex-colonos ou ex-combatentes do exército colonial, o que lhes dava pouco espaço de ação num país ainda a braços com o fim do regime colonial e a estabelecer os princípios de uma independência. Pela fragmentação que criou, pelo sentimento de perda que gerou para tantos e pela própria reconfiguração da identidade do país, este é, sem dúvida, um dos aspetos da nossa história recente que tem vindo a ser mais explorado pela segunda geração, seja na representação artística com artistas plásticos tão significativos como Ana Vidigal, Miguel Palma ou Manuel Santos Maia, como na cena teatral, com por exemplo, todo o trabalho desenvolvido pela Companhia de Teatro Mosca⁷, na cena cinematográfica e documental, com a «reescrita» do romance de Lídia Jorge, *A Costa dos Murmúrios*, que se «reapresenta» no filme homónimo de Margarida Cardoso, com o recente filme *Tabu*, de Miguel Gomes ou o documentário de Marta Pessoa, *Quem vai à Guerra*, ou ainda na cena musical com trabalhos de Rui Veloso, Resistência, Os Delfins, mas também dos rappers Chullage e General D, entre outros. Mas foi também e muito significativamente na literatura que esta memória de segunda geração tem vindo a ganhar expressão em textos que questionam a mudança da configuração da identidade nacional a partir de profundos reflexos pessoais, e que assim colocam as questões essenciais para entender o que foi de facto o império para a sociedade portuguesa e a descolonização que se seguiu ao 25 de Abril de 1974.

No campo específico da literatura vou centrar a atenção em dois romances recentes: *Caderno de Memórias Coloniais*, de Isabela Figueiredo, e *O Retorno*, de Dulce Maria Cardoso que se constroem como narrativas de filhas de colonos que vivem a descolonização com o retorno a Portugal. As autoras destes livros constroem ficções romanceadas passadas em África ou sobre o regresso de África baseadas em tempos, personagens e espaços relativos aos últimos dias do império. São cenários, experiências, amores e diálogos

⁷ IGNARA#Fazer o Trabalho de Casa, que é basicamente uma peça produzida por actores filhos da guerra, cujo texto é um puzzle de memórias textuais, fílmicas e de cenários que o grupo montou.

que não tiveram, mas que provavelmente ouviram, pois foram cenários que fizeram parte da geração dos seus pais e sobre os quais vão refletir e escrever.

Caderno de Memórias Coloniais, de Isabela Figueiredo, é um livro fundado sobre um diálogo póstumo com a figura do pai, transfigurada ora na nação portuguesa, ora na própria imagem do colonialismo português em África. *O Retorno* de Dulce Maria Cardoso lida com a herança dos filhos de colonos metidos à pressa em mais um avião da ponte aérea de 75, em fuga para Portugal. Elegendo como narrador um jovem que retorna com a irmã e a mãe, à desconhecida e imaginada metrópole, *O Retorno* assume as perplexidades e as questões de um adolescente que não entende por que razão Angola não pode ser mais a terra que sente como sua. E é a partir da sua vivência num hotel de retornados, que de facto toma contacto, por um lado, com Portugal, através da rua, da escola, dos namoros, e, por outro lado, com o seu grupo de pertença em trânsito, *os retornados*, num país que na verdade não acolhe, colocando-os entre os hotéis e as salas de espera do IARN onde de um momento para o outro, o império se foi acomodando:

Estavam lá retornados de todos os cantos do império, o império estava ali, naquela sala, um império cansado, a precisar de casa e de comida, um império derrotado e humilhado, um império de quem ninguém queria saber. (Cardoso, 2012: 86)

A grande novidade que estes livros trazem à ficção portuguesa contemporânea é um outro olhar sobre o colonialismo português e a Guerra Colonial, não mais a partir do olhar de quem mal ou bem o protagonizou, ora como filho de administrador colonial, ora como antigo colono, ora como miliciano do exército colonial em África, mas a partir da memória do olhar de uma criança que, ao mesmo tempo que acorda para o mundo, e chora como todas as crianças choram quando percebem o mundo, acorda também para a realidade do colonialismo e da guerra. A partir de diferentes posicionamentos, estes livros reforçam a ideia de que a descolonização foi um movimento que atingiu radicalmente o continente colonizador que foi a Europa e, no caso sob análise, Portugal, agora habitado por regressados de todos os lados e também por muitos filhos de África, de que hoje em dia se fala em Portugal, e cuja origem dos pais vai de refugiado político da altura da descolonização ou dos processos de revolução e guerra nos países de origem, ao emigrante económico que vem para a ex-metrópole em busca de trabalho. Hoje, eles estão presentes nas escolas que são os grandes palcos destes contatos, em toda a novidade e interpelação da cena musical, bem como na literatura como é o caso de Joaquim Arena, apresentado como um escritor luso-caboverdiano, cujas personagens circulam na noite africana lisboeta e de outros escritores desta diáspora pós-imperial, sem contudo podermos comparar o caso português com os casos britânico, francês ou até o italiano, com a recente emergência de escritores de origem somali, etíope ou eritreia.

Num sentido genérico, podemos dizer que esta literatura saída da variedade de trânsitos que compõem o Portugal atual, acusa uma viragem essencial na tomada de consciência pós-colonial do espaço antigamente colonial e das vivências aí havidas como essenciais à nossa identidade de portugueses, de europeus e às nossas identidades individuais. Por isso, a viagem de retorno pós-colonial que estes livros assinalam —de Portugal para África— e à semelhança de outras literaturas europeias —e penso em particular nos casos de França e do Reino Unido— inverte o sentido da *história de regressos*⁸, sobre a qual se foram cons-

⁸ A expressão é retirada do título do meu livro (Ribeiro, 2004).

truindo e narrando os impérios ultramarinos europeus. A viagem europeia de hoje constitui um reconhecimento de que grande parte da história da Europa, e neste caso de Portugal, se passou fora de Portugal e da Europa, e que para perceber a «fratura colonial», sob a qual todos vivemos, tem de se contar a história das pertenças e vinculações de muitos sujeitos àquelas outras terras outrora parte do império, sob pena de ficarem todos como uma espécie de «refugiados da história» (Marcus, 1997: 17), como as personagens de *Esplendor de Portugal*, de António Lobo Antunes, perdidos numa Lisboa que não os acolhe ou da própria narradora de *Caderno*, quando se auto-classifica de «desterrada», ou seja, sem terra, vivendo a coincidência impossível de resolver, de herdeira do sujeito colonizador: «Na terra onde nasci seria sempre a filha do colono» (Figueiredo, 2009: 133). E esta é a questão essencial: é que a sua história individual de pertença àquela terra, como sentida e assumida em *Caderno*, coincide com a história pública do colonialismo português em África.

Estes livros assumem uma culpa transmitida, herdada, uma culpa que não se consegue resolver em responsabilidade histórica, envolta que está também, e ainda hoje, no imaginário português por uma onda nostálgica de África, que recupera os tópicos do «paraíso tropical»⁹ em que Gilberto Freyre nos tinha colocado a todos e que também se tem vindo a afirmar na ficção portuguesa contemporânea. A gestão de saudade que esta onda literária e testemunhal tem marcado no panorama literário português traz contudo uma novidade —denuncia também, mal ou bem, que para se perceber o Portugal atual se tem de fazer a viagem de retorno a África, mas não no sentido com que Isabela Figueiredo ou Dulce Maria Cardoso o fazem, ou seja, no sentido de lidar de frente com os seus fantasmas, mas de habilmente os transformar em fantasias, ora escrevendo a busca do paraíso perdido que não poderá lá estar porque nunca existiu a não ser na imaginação, ora na efabulação de uma *África Minha* que nunca tivemos. No seu conjunto, estas outras obras imbuídas de nostalgia representam a significativa parte da comunidade portuguesa que se imagina a partir de um discurso «pós-luso-tropical» (Almeida, 2000), e que assim se subtrai a uma reflexão sobre a violência política, social e epistémica do que foi o colonialismo e, no caso sob análise, o colonialismo português. Por isso, estes são livros capazes de gerir saudade, mas não de gerar futuro, e isso é o que mais os afasta dos livros que acima referi, que por lidarem com o mais poderoso fantasma de África —o colonialismo e as relações desiguais de poder em que assenta— problematizando-o em várias perspetivas, são capazes de gerar futuro. Magoado, traumatizado, culpado, mas futuro, apesar de tudo, dialogante com as manifestações culturais habitualmente caracterizadas pelos filhos de emigrantes africanos com os quais se identificam.

Neste aspeto estas narrativas alinham-se portanto não nas produções da geração de retornados ou de ex-combatentes, mas na da geração dos netos que Salazar não teve: a geração dos filhos da Guerra Colonial, os filhos da ditadura, os filhos dos retornados, aqueles que não têm memórias próprias destes eventos, mas que cresceram envoltos nessas narrativas sem delas terem sido testemunhas ou que retêm apenas uma memória de criança de que agora requestionam o significado, projetado numa atualidade perturbadora, pela «transferência de memória» (Stora, 1999) que revela:

O meu pai revoltava-se quando encontrava uma branca com um negro, já depois do 25 de Abril, em Portugal. Fitava os pares como se visse o Diabo. Eu dizia-lhe, pára de olhar, o que é que te interessa? Respondia-me que eu não sabia, que um preto nunca poderia tratar

⁹ A expressão é de Amílcar Cabral.

bem uma branca, como ela merecia. Era outra gente. Outra cultura. Uns cães. Ah, eu não entendia. Ah, eu não podia compreender. Ah, eu era comunista. Como é que tinha sido possível eu dar em comunista? (Figueiredo, 2009: 16, 15)

À semelhança do que acontece na Europa atual que, como Portugal, vive sob a «fratura colonial», um elemento de grande relevância política emerge destas ficções: o ato colonial não termina com quem o executou, ele perpassa para as gerações seguintes sob a forma das figuras do ex-colonizador e do ex-colonizado que complexamente reencenam uma fantasmagoria que se identifica com o habitante mais íntimo do inconsciente europeu — o seu fantasma colonial — que ora sob a forma de «transferências de memória» colonial ora sob a forma de «erupções de memória»¹⁰, entre outras, se manifesta e assim interroga as sociedades multiculturais europeias, que não podem ser historicamente amorfas.

5. A FECHAR

Como há muito, hoje os europeus são brancos, negros, mulatos, árabes; são cristãos, muçulmanos, hindus, judeus, agnósticos ou ateus. Nasceram na Europa, não os podemos mais fazer depender de um imaginário que os empurra para uma eterna condição imigrante numa Europa que neste quadro continua a apresentar soluções coloniais para problemas pós-coloniais (Barnor, Sayyid, 2006); a «transferência de memória» colonial (Stora, 1999) que fazemos diariamente na Europa atual perante estas populações, sobretudo sobre aquelas que são etnicamente marcadas, denuncia a urgência de descolonizar as pessoas, descolonizar os ex-colonizadores e os ex-colonizados (Barnor, Sayyid, 2006). Ou continuaremos com as designações que caracterizaram ainda o século xx, como o «estrangeiro», ou, no caso de populações oriundas das antigas colónias, falaremos à francesa, de «les indigènes», ou seja aqueles que não são cidadãos, mas são sujeitos da nação na lógica da mais pura assimilação? Falaremos então do «estrangeiro pós-colonial» ou do «indígena pós-colonial», como sugere Pascal Blanchard? Todas estas noções colocam em perspetiva crítica as noções de esvaziamento das identidades nacionais, como até então pensadas e assumidas e recolocam a articulação das identidades nacionais com uma identidade europeia e a condição de cidadania.

Será de facto a partir da descolonização das pessoas, deste ato político, que se pode construir um discurso europeu inclusivo que implica na sua base uma reformulação identitária do ser europeu, e que não passa seguramente pela rasura da diferença europeia, que muitos intelectuais europeus praticam no inebriamento de um «multiculturalismo celebratório» (Santos, 2006), totalmente abstrato e historicamente amorfo, nem pela assimilação do outro como europeu, mas que passará provavelmente pela aceitação de que o paquistanês, o indiano ou o senegalês querem ser paquistaneses, indianos ou senegaleses na Europa, como aliás nós fomos, em situação de grande privilégio político, social e económico, portugueses, franceses, ingleses em África, Ásia, no mundo. Não é fácil para o continente que subalternizou meio mundo, julgando que a ambição dos outros só poderia ser serem europeus, na perspetiva da mais pura assimilação, colher hoje no interior da Europa e

¹⁰ A expressão é de António Costa Pinto utilizada na sua comunicação na reunião da European Science Foundation, *Colonial Wars: Collective Traumas, European Memories*, que decorreu no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 1 e 2 de Outubro de 2011.

expressa por europeus esta perceção, porque ela implica uma exceção de nós próprios (Vecchi, 2011). E por isso, o desafio que se coloca hoje à Europa é radical, e implica não apenas uma mudança do olhar, mas uma mudança da *escala do olhar*, para que nos desembaracemos a um só tempo dos fantasmas com quem vivemos paredes meias e das fantasias que criamos para os afugentar¹¹.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Miguel Vale (2000), *Um Mar da Cor da Terra: Raça, Cultura e Política de Identidade*, Oeiras, Celta Editora.
- BARNOR, Hesse y SAYYID, Salman (2006), «Narrating the Postcolonial Political and the Immigrant Imaginary», em N. Ali; V.S. Kalra y S. Sayyid (eds.), *A Postcolonial People: South Asians in Britain*, London, Hurst & Company, págs. 13-31.
- BLANCHARD, Pascal; BANCEL, Nicolas; LEMAIRE, Sandrine (2005), *La Fracture coloniale: La société française au prisme de l'héritage colonial*, Paris, Éditions La Découverte.
- CARDOSO, Dulce Maria (2012), *O Retorno*, Lisboa, Tinta-da-China.
- FIGUEIREDO, Isabela (2009), *Caderno de Memórias Coloniais*, Coimbra, Angelus Novus.
- HARTMAN, Geoffrey H. (1991), *Minor Prophecies: The Literary Essay in the Culture Wars*. Cambridge-London, Harvard University Press.
- HIRSCH, Marianne (2006), *Family Frames: photography, narrative, and postmemory*, 2.ª ed., Cambridge and London, Harvard University Press (1.ª ed. 1997).
- (2008), «The Generation of Postmemory», em *Poetics Today*, 29(1), págs. 103-128.
- (2012), *The Generation of Postmemory: Writing and Visual Culture After the Holocaust*, Columbia, University Press.
- KAISER, Susana (2006), *Postmemories of Terror. A New Generation Copes with the Legacy of the 'Dirty War'*, London, Palgrave Macmillan.
- LOURENÇO, Eduardo (2001), *Europa Desencantada: para uma mitologia europeia*, Lisboa, Gradiva.
- MARCUS, Grei (1997), *The Dustbin of History*, London, Picador.
- MONTEIRO, Adolfo Casais (1993), *Poesias Completas*, Lisboa, INCM (introdução de João Rui de Sousa).
- MOODOD, Tariq (2007), *Multiculturalism: a civic idea*, Polity.
- RIBEIRO, Margarida Calafate (2004), *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, Porto, Afrontamento.
- (2009), «Uma outra história de regressos: Eduardo Lourenço e a cultura portuguesa», em *Colóquio-Letras*, número especial «Eduardo Lourenço», pág. 171, págs. 151-163.
- (2011), «António Lobo Antunes, por uma democracia com memória», em Helena Buescu; Teresa Cristina Cerdeira (eds.), *Literatura portuguesa e a construção do passado e do futuro*, Lisboa, Caleidoscópio págs. 297-305.
- RIBEIRO, Margarida Calafate; RIBEIRO, António Sousa y VECCHI, Roberto (2012), «Children of Colonial Wars: post-memory and representations», em Gil, Isabel Capelo; Adriana Martins (eds.), *Plots of War: Modern Narratives of Conflict*, Berlin, De Gruyter, págs. 11-23.

¹¹ Esta ideia foi por mim desenvolvida em Ribeiro, 2009.

- SANTOS, Boaventura Sousa (1996), *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, Porto, Afrontamento.
- (2006), *A Gramática do Tempo. Para uma nova cultura política*, Porto, Afrontamento.
- SARLO, Beatriz (2007), *Tempo Passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*. Tr. pt. São Paulo-Belo Horizonte, Companhia das Letras e Editora da UFMG (ed.or. 2005)
- STORA, Benjamim (1999), *Le Transfert d'une mémoire: De l'Algérie française 'au racisme anti-arabe*, Paris, La Découverte.
- VECCHI, Roberto (2011), *Exceção Atlântica: Pensar a Literatura da Guerra Colonial*. Porto, Afrontamento.
- WIEVIORKA, Annette (2002), *L'Ère du témoin*, Hachette, «Pluriel», Paris.

La lengua como clave y frontera. Reflexiones en torno a *La profesora de español* de Inés Fernández Moreno

VERÓNICA ABREGO
Universidad de Maguncia/Germersheim

Tanto en España como en Alemania, la idea de que la lengua es una clave de la integración social ha sido y es el motor de numerosas medidas de enseñanza destinadas a extranjeros. Una vez superadas las fronteras geopolíticas y aceptados como residentes, quienes esperan poder quedarse —adultos y niños— son instruidos y entrenados en la nueva lengua, como oferta y estrategia central de bienvenida al nuevo medio. Para l@s inmigrantes, la voluntad de aprender la lengua y conseguir esa preciada llave de ingreso a la sociedad que l@s recibe va muchas veces unida a la aspiración de poder abrir finalmente la puerta de acceso al buen trabajo y nutre sin duda la esperanza de un día poder comunicar entre iguales.

Sin embargo, ¿obra ese sueño en función del propio hacer de los inmigrantes? ¿En qué medida se puede cruzar totalmente el trecho que falta para acceder a la igualdad, si desde la lengua se define una barrera? En Alemania, por más que estén mimetizadas auditivamente a su medio, a l@s niñ@ de quienes vinieron de otros países se los sigue tildando durante generaciones de inmigrantes, aunque en la mayoría de los casos no decidieron ellos ni inmigrar ni tienen memorias alternativas de pertenencia que los sustenten; a l@s adult@s que han decidido migrar, por razones conocidas para l@s investigadores de la neurodidáctica (Grein:18), les resulta prácticamente imposible perder cierto acento en la lengua adoptiva y seguirán delatando su «otro» lugar de nacimiento apenas hablen lo suficiente. En torno a la lengua, este es mi postulado, se fundamentan y encubren prácticas de demarcación de fronteras y, en su exacerbamiento, de xenofobia cultural. Tal vez una mirada más al Sur ponga más claramente de manifiesto que la lengua adoptada, aunque se la domine, a veces sigue actuando como una sutil frontera y permita precisar la necesidad